

**Assunto:** Resposta ao Pedido de esclarecimento Pregão 29/2021

**De:** Gilson Soares Da Conceição <gsconceicao@tre-ba.jus.br>

**Data:** 23/09/2021 14:56

**Para:** willy.melzer@hepta.com.br, rinaldo.acciolly@hepta.com.br, marcelo.caetano@hepta.com.br, sergio.cerqueira@hepta.com.br

**CC:** selic <selic@tre-ba.jus.br>

**De:** "Willy Mendes Nack Melzer" <willy.melzer@hepta.com.br>

**Para:** "gsconceicao" <gsconceicao@tre-ba.jus.br>

**Cc:** "Rinaldo Lisboa Acciolly" <rinaldo.acciolly@hepta.com.br>, "Marcelo Caetano Alves" <marcelo.caetano@hepta.com.br>, "Sérgio Nielson Cerqueira" <sergio.cerqueira@hepta.com.br>

**Enviadas:** Terça-feira, 21 de setembro de 2021 18:56:28

**Assunto:** TRE/BA PE nº 29/2021 - Pedido de Esclarecimento

Prezados,

De acordo com o item 18.1 do edital do Pregão Eletrônico nº 29/2021, solicitamos os seguintes esclarecimentos:

**Esclarecimento 1** - No item 1.8.12.7.3 é solicitado uma ferramenta de inventário de hardware e software integrada ao sistema ITSM fornecido pela Contratada. E vários outros pontos do Edital é informado que a Contratada atuará na configuração e administração do Microsoft System Center da Contratante. Nosso entendimento é que a ferramenta de inventário de ativos que será integrada ao sistema ITSM fornecido pela Contratada é o System Center Configuration Manager da Contratante. Está correto o nosso entendimento?

O entendimento está incorreto. A ferramenta de inventário deverá ser definida pela contratada e integrada ao sistema ITSM fornecido pela contratada. As referências ao Microsoft System Center decorrem do perfil da equipe especializada III, a qual não tem previsão de mobilização no início do contrato.

**Esclarecimento 2** – No item 11.1.7.2. CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL do edital é exigido das licitantes que comprovem na data da licitação, no mínimo, quadro de profissionais permanente contendo diversas certificações e experiências. Ocorre que, segundo a vasta jurisprudência do Tribunal de Contas da União – TCU, inclusive sedimentada na súmula 272 “é vedada a inclusão de exigências de habilitação e de quesitos de pontuação técnica para cujo atendimento os licitantes tenham de incorrer em custos que não sejam necessários anteriormente à celebração do contrato.” Fato é que, a contratação de mão de obra especializada antes da assinatura do contrato gera encargos desarrazoados para as licitantes para simplesmente participarem da licitação. Em verdade, exigir nesta fase do certame que as participantes detenham em seus quadros empregados com qualificação específica é medida que privilegia grandes empresas, cerceando a competição e, por consequência, implicando diretamente na não contratação da proposta mais vantajosa à Administração. Deste modo, adotamos o entendimento do TCU, no sentido que, é vedado exigências que geram custos desnecessários anteriormente a celebração do contrato, assim, as licitantes poderão fazer prova da capacidade técnica profissional após assinatura do contrato. Está correto nosso entendimento?

O entendimento está correto. Entretanto a condição 11.1.7.2, alíneas "b" e "c", do edital do Pregão nº 29/2021 alinha-se ao posicionamento do TCU e permite que o vínculo dos profissionais seja comprovado por meras declarações, ainda que a apresentação do rol tenha que ocorrer no certame.

Atenciosamente,

Gilson Soares Da Conceição  
Analista Judiciário | SELIC  
7084